

-----Ata número três de dois mil e quinze-----

Ao vigésimo nono dia do Mês de Junho do Ano de Dois Mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Período antes da ordem do dia;-----

Ponto dois: Moção “Vespa das Gralhas dos Castanheiros”, remetida pela Assembleia Municipal de Bragança – tomar conhecimento;-----

Ponto três: Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Camara Municipal acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº 2, alínea c) – tomar conhecimento;-----

Ponto quatro: Primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 - proposta de aprovação;-----

Ponto cinco: Nono Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do PSF – Apreciação;-----

Ponto seis: Contrato de Aquisição de Bens e Serviços com encargos plurianuais autorizados pela Assembleia Municipal em 27 de Novembro de 2014 ao abrigo da autorização genérica – tomar conhecimento;-----

Ponto sete: Reconhecimento de Interesse Publico, de uma adega, para efeitos da sua legalização, alínea a), nº 4 do Art, 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5-11: (Processo de obras particulares nº 9/2014, em nome de Maria Helena Sousa Alves) – Apreciação e votação;-----

Ponto oito: Período aberto ao público;-----

Presentes, o Senhor Carlos Alberto Esteves Miranda, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e cinco minutos; a Senhora Anabela Valério Marrafa de Macedo, 1ª secretária; o Senhor Luís Miguel Silva Marques, 2º secretário; o Senhor Carlos Manuel Pombo Soares Silva; a Senhora Ana Filipa Amaral Pinheiro; o Senhor Jorge Filipe Portela; o Senhor Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro; o Senhor André Filipe Miranda Monteiro; o Senhor José Eduardo Branco dos Santos; o Senhor Francisco Guedes Moreira; o Senhor António César Vicente Nunes; o Senhor Pedro Miguel Alves Poças; o Senhor Vítor Miguel Barros da Fonseca; o Senhor Manuel Fernando Mesquita Correia (PS); o Senhor José da Fonseca Alves; o Senhor Joaquim Saraiva; o Senhor Bruno Miguel Monteiro de Carvalho; a Senhora Sílvia Andreia Duarte Pereira Correia; a Senhora Lisa Maria de Oliveira Martins e a Senhora Cristina Perpétua Martins de Oliveira Barros (PPD/PSD).-----

Presentes, o Senhor Alberto Monteiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal; a Senhora Cristina Isabel de Almeida Guedes Major (P.S.); o Senhor Marco António Peres Teixeira da Silva; e, o Senhor António José Teixeira (P.S.D), vereadores.-----

Falta Justificada: Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva.-----

Iniciada a sessão, o Senhor Presidente após cumprimentar os presentes, colocou à votação a ata número dois de 2015, que foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e duas abstenções.-----

No ponto um, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Deputado Paulo Cabral solicitou a renúncia ao mandato, sendo substituído em definitivo pelo Deputado Jorge Portela,-----

Abertas as inscrições, pediu a palavra o Deputado Carlos Pombo para esclarecer que, enquanto jurista da Câmara Municipal, tem conhecimento de todos os processos judiciais pendentes e que, na última Assembleia, a explicação que forneceu dizia respeito ao processo “SUMA” e não ao processo “Águas de Trás-os-Montes”, e que, disso deu nota à bancada do Partido Social Democrata aquando da interrupção dos trabalhos.-----

De seguida, esclareceu a Assembleia sobre o já citado processo “Águas de Trás-os-Montes ”, informando que o Município contestou a ação fazendo prova do pagamento das faturas reclamadas no valor de aproximadamente quatro mil euros e que a empresa que intentou o processo já requereu a desistência do mesmo.-----

O Deputado Carlos Pombo informou a Assembleia de que o governo publicou os avisos de candidaturas no âmbito dos contratos locais de desenvolvimento social e da rede geral de intervenção social (CLDS e RELIS), programas fundamentais nas repostas a problemas sociais como o desemprego, exclusão social, etc.-----

Referiu, então, que para espanto de todos, principalmente dos mais atentos, como é o caso da bancada do Partido Socialista, Mesão frio, apesar de infelizmente cumprir todos os parâmetros que tornariam elegível uma candidatura aos referidos programas, não foi incluído nos territórios que o podem fazer.-----

Dando continuidade à sua intervenção, o Deputado Carlos Pombo informou que a maior parte dos Concelhos vizinhos tinham sido incluídos nos territórios elegíveis e que Mesão Frio, que por acaso tem uma Câmara Socialista, ficou excluído e que, ainda assim, acredita ter sido um lapso do legislador, e, nesse sentido, a Bancada do Partido Socialista apresenta à mesa uma moção de protesto pelo facto de Mesão Frio não ter sido incluído nos territórios elegíveis aos citados programas.-----

O Senhor Presidente da assembleia fez uso da palavra para explicar que a moção apresentada não faz parte da ordem dos trabalhos pelo que a Assembleia terá que votar a sua aceitação, assim, após a votação, a moção foi aceite para discussão com dezoito votos a favor, um voto contra e uma abstenção.-----

Abertas as inscrições para se pronunciarem sobre o documento, pediu a palavra a Deputada Lisa Martins que referiu perceber a urgência e que não estava preparada para discutir o tema porque não era do seu conhecimento, mas uma vez que a bancada do Partido Socialista se mostra tão preparada questionou se foi só o Concelho de Mesão Frio que não foi contemplado.-----

O Deputado Carlos Pombo respondeu, dizendo que será mais fácil indicar os Concelhos que foram contemplados do que os que não foram e o que realmente importa é que Mesão Frio não foi.-----O

Deputado José Alves referiu que todas as propostas que forem boas para o Concelho, a Assembleia deve aprovar e que não se trata de estar mais ou menos atentos, uma vez que o Deputado Carlos Pombo, enquanto jurista da Câmara, tem acesso a informação privilegiada, criticando assim a forma como foi apresentado o documento, e, de seguida, solicitou à mesa uma interrupção de cinco minutos para que a sua bancada pudesse apreciar e avaliar a moção apresentada.-----

O Senhor Presidente da Assembleia acedeu em conceder o tempo solicitado no final do ponto Um.-----

O Deputado Joaquim Saraiva referiu que o assunto era importante demais para ser tratado de ânimo leve, que está habituado a que se tragam muitas moções que acabam por dar em nada, e, que o seu interesse era com o bem-estar dos Mesão-Frienses, referindo ainda que o atual executivo não tem tido competência nem influência política para poder tratar do que interessa na salvaguarda dos interesses dos Mesão-Frienses como, por exemplo, no que diz respeito à questão das Caldas do Moledo.-----

A Deputada Lisa Martins questionou o Presidente da Assembleia sobre um pedido de esclarecimentos efetuado pelo grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, cuja resposta recebida informava que os processos a que dizem respeito os esclarecimentos estariam disponíveis para consulta nos dias quinze e dezasseis de junho, pelo que solicitou, se já existiria algo que o Senhor Presidente da Assembleia pudesse esclarecer.-----

O Senhor Presidente da assembleia explicou à Senhora Deputada Lisa Martins, que lhe foram apresentadas duas alternativas e que, ainda lhe foi informado, que estaria aberto a

agendar outras datas indicadas pela Senhora Deputada, referiu ainda que não foram pedidos esclarecimentos mas sim processos, o que torna a resposta impossível, uma vez que existem processos com centenas ou mesmo milhares de páginas e, indicou que, quando se solicita informação à administração, devemos ser precisos porque se assim não for, a resposta é quase impossível, não existindo melhor forma do que a consulta do processo físico para esclarecimento de dúvidas.-----

A Deputada Cristina Perpétua questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a resposta à questão por si efetuada em Assembleia anterior no que diz respeito ao Caminho da Aboboreira.-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, este cumprimentou os presentes e, dirigindo-se à deputada Lisa Martins, questionou se a Senhora deputada se recordava do motivo pelo qual a candidatura do projeto do estádio não tinha sido aprovada e lembrou que a questão que levou à não aprovação da candidatura se prendia com a construção dos balneários e que a candidatura efetuada pela Câmara era específica para muros e relvado numa primeira fase, informou ainda que já solicitou esclarecimentos à CCDR e que este organismo não o recebe há três meses.-----

Dirigindo-se à deputada Cristina Perpétua, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu à questão, informando que o proprietário do terreno foi notificado, tendo a fiscalização da Câmara se deslocado ao local e que o já referido proprietário apresentou defesa jurídica apresentando peças documentais que comprovam claramente que o caminho não é público mas sim privado, sendo que toda a referida documentação está em análise junto dos serviços Camarários.-----

Aludindo à moção apresentada pelo Partido Socialista, o Senhor Presidente da Câmara informou que já tinha efetuado uma reclamação junto dos serviços competentes em Lisboa e que reuniu com o Senhor Secretário de Estado da Segurança Social, aquando da presença na gala da Misericórdia, para lhe transmitir a indignação perante tal cenário, o Senhor Secretário de Estado, mostrando-se estupefacto, prometeu averiguar o sucedido. -----

O Deputado Joaquim Saraiva afirmou que não vale a pena o Senhor Presidente da Câmara atirar areia para os olhos, que um campo de futebol não se faz sem balneários e que não acredita que seja verdade aquilo que o Senhor Presidente disse, referiu ainda que não existiu competência para apresentar alterações à candidatura em tempo útil e que, mais uma vez, o atual executivo demonstrou não ter competência nem influência política para estar à frente dos destinos dos Mesão-Frienses.-----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio para suspender os trabalhos por dez minutos.-----

Retomados os trabalhos, foi dada a palavra ao Deputado José Alves que agradeceu a disponibilidade da mesa para interromper os trabalhos e referiu que, após consulta de alguns documentos fornecidos pelo deputado Carlos Pombo, o grupo Parlamentar do Partido Social Democrata está a favor da moção mas ressalva que, não é pelo facto de o Concelho ter uma Câmara do Partido Socialista que o Governo não o incluiu nos territórios elegíveis, ou seja, o que está em causa não é uma questão política mas sim de disponibilidade de dinheiro, referiu ainda estar convicto de que Mesão Frio será abrangido quando existirem novos programas. -----

O Deputado Joaquim Saraiva afirmou ter votado contra a aceitação da moção, uma vez que, tem dúvidas sobre a sua utilidade e referiu já ter conhecimento que irá existir uma segunda fase de candidaturas onde o Concelho de Mesão Frio será incluído.-----

O deputado Carlos Pombo afirmou que o que estava a ouvir era demasiado grave, que pressupunha um conhecimento ilegítimo por parte de um membro da Assembleia, que era uma “partidarice”.-----

Posta à votação, a moção foi aprovada com dezanove votos a favor e uma abstenção.----

No ponto dois, o Senhor Presidente da Assembleia apresentou uma moção enviada pela Assembleia Municipal de Bragança sobre o tema “Vespa das Gralhas dos Castanheiros” e enalteceu a atuação do Presidente da Junta de Vila Marim no tratamento desta problemática.-----

O deputado Vítor Barros afirmou que, enquanto Presidente da Junta de Vila Marim, teve conhecimento da referida praga através do gabinete florestal da Câmara, e que, após deslocações aos locais infetados, foram feitas sessões de esclarecimento por técnicos da Associação Flor do Norte e reuniões com técnicos da UTAD, sendo que, neste momento, toda a população tem conhecimento do que é a praga e como se combate.-----

O Senhor Presidente da Câmara endereçou os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Vila Marim e ao gabinete florestal da Câmara pela forma célere e eficiente com que trataram esta situação, sendo Mesão Frio um dos primeiros Concelhos a atacar o problema e voltou a endereçar os parabéns ao mesmo Presidente da Junta pelo facto de, em pouco mais de um mês, ter conseguido legalizar os mais de sessenta hectares de baldios de Vila Marim.-----

No ponto três, o senhor presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia sobre a atividade Municipal, incidindo a sua intervenção nos seguintes pontos: cerimónia de inauguração do núcleo interpretativo do Castro de Cidadelhe; reunião em Lisboa com a REFER e quatro investidores que pretendem dar vida à estação da Rede, implementando, em edifício contíguo à estação. O senhor presidente do Município abordou o relatório financeiro demonstrando que seria necessário recuar doze anos para se encontrar um valor de dívida tão baixo e que a mesma se cifrava em dezasseis de Junho de 2015, em sete milhões e trezentos mil euros, e ainda que, no dia trinta e um de Dezembro de 2014, a dívida rondava os oito milhões; referiu ainda que a Câmara tem tudo pago e ainda tem a receber duzentos mil euros de projetos por fechar; continuou a sua intervenção explicando que a sua vontade em baixar rapidamente a dívida vai no sentido de a Câmara se libertar rapidamente da “TROIKA” e posicionar-se abaixo do limite de endividamento.-----

No ponto quatro, O Senhor Presidente da Câmara apresentou e explicou a revisão às grandes opções do plano e orçamento para 2015, tendo o documento obtido aprovação por maioria com catorze votos a favor e seis abstenções.-----

No ponto cinco, O Senhor Presidente da Câmara apresentou e explicou o nono relatório semestral de acompanhamento de execução do PSF.-----

O Deputado Joaquim Saraiva afirmou continuar com dúvidas acerca dos doze milhões da dívida, pois se já se reduziram cinco milhões à dívida então estaríamos perante o milagre da multiplicação dos peixes, referiu ainda que enquanto não forem apresentados documentos que comprovem os doze milhões, não ficará esclarecido.-----

O Deputado Carlos Pombo afirmou que, no que diz respeito ao milagre da multiplicação dos peixes, quem o protagonizou não foi este executivo mas sim outro que multiplicou a dívida.-----

No ponto seis, O Senhor Presidente da Câmara apresentou e explicou os contratos de Aquisição de Bens e Serviços com encargos plurianuais autorizados pela Assembleia.---

No ponto sete, O Deputado José Alves solicitou a palavra e começou por referir que, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata iria votar a favor, uma vez que é um assunto de interesse para o Concelho, e, apresentou à mesa, uma recomendação escrita para que todas as pessoas que estejam na mesma situação e não tenham conhecimento da lei possam ser abrangidas no reconhecimento público, legalizando assim as suas indústrias.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, quando foi publicada a Lei, reuniu de imediato com os técnicos do Município e estes identificaram todas as situações do Concelho passíveis de estar abrangidas, tendo sido contactados os proprietários, no sentido de encetarem o processo de legalização, contudo, acontece que até ao momento este foi o único processo em condições de ser aprovado pela Assembleia, referindo ainda que quando as outras situações estiverem em condições virão à aprovação ainda que, para o efeito, seja necessário realizar uma Assembleia extraordinária.-----

O Deputado Joaquim Saraiva pediu para ser esclarecido sobre a constituição da equipa técnico-jurídica, sobre qual foi o motivo que levou a não se pronunciarem a tempo e se esta proposta não poderá aguardar esse parecer e ser apreciada numa próxima Assembleia, referindo ainda que a recomendação apresentada vai, no sentido de que, a Câmara possa promover, junto das pessoas que estão na mesma situação, a regularização da mesma.-----

O Deputado Carlos Pombo afirmou que a Assembleia não ouviu convenientemente as palavras do Senhor presidente da Câmara e explicou que os serviços técnicos da Câmara já reuniram todas as situações que poderiam beneficiar da lei pelo que, não faz muito sentido aprovar uma recomendação para uma ação que este executivo já encetou.-----

O Senhor Presidente da Assembleia efetuou a leitura da recomendação apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Social Democrata, informando iria ser posta à votação a sua aceitação na ordem dos trabalhos.-----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o documento em apreço no ponto sete, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

A recomendação apresentada pelos membros do PSD foi lida pelo presidente da assembleia e discutida por todos os deputados municipais. Após discussão entre elementos representantes dos dois grupos parlamentares, e não tendo sido possível obter uma moção conjunta, foi posta a votação a integração da referida proposta na ordem de trabalhos, tendo esta sido recusada, por treze votos contra, seis votos a favor e uma abstenção. -----

O Deputado Carlos Pombo apresentou em nome do grupo parlamentar do Partido Socialista uma declaração de voto que fica apensa a esta ata.-----

O Deputado José Alves apresentou, em nome do grupo parlamentar do Partido Social Democrata, uma declaração de voto que fica apensa a esta ata.-----

No ponto oito, não existiram intervenções por parte do público.-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia encerrou a sessão, pelas vinte e quatro horas e trinta minutos.-----

O Presidente da Assembleia

(Carlos Alberto Esteves Miranda)

A Primeira Secretária

(Anabela Valério Marrafa Macedo)

O Segundo Secretário

(Luis Miguel Silva Marques)
